



1290004014

TCC/UNICAMP
J767c
IE

Paula Jordão

**Cidadania, inclusão social e
o acesso à energia elétrica: o Programa Luz para Todos**

CEDOC - IE - UNICAMP

Monografia apresentada no Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas como requisito
para a conclusão da disciplina Monografia II.

Orientador: Prof. Dr. José Bonifácio De Sousa
Amaral Filho

CEDOC - IE - UNICAMP

Campinas

2009

TCC/UNICAMP
J767c
1290004014/IE

200917426

Resumo

O desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, em especial na área rural, é marcado por intervenções estatais na busca de regulação e melhoria do atendimento, seja pelas necessidades de desenvolvimento econômico ou pela busca da inclusão da população atendida aos diversos serviços e bens decorrentes do acesso à energia elétrica.

A questão da inclusão social no Governo Lula atingiu diversas frentes de trabalho, como por exemplo, em programas de transferência de renda (Bolsa Família) e o acesso às universidades pela ampliação do número de vagas em novas Instituições e pelo o ProUni.

O Programa Luz para Todos que buscou a universalização do acesso à energia elétrica no meio rural configurou-se, neste cenário, como um dos pilares de sustentação sob o apelo da questão da inclusão social. O objetivo deste trabalho é primeiro avaliar se a temática da inclusão social dentro do programa é atendida, além de revisitar o desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, algumas experiências anteriores de amplificação do acesso à eletricidade no meio rural, movimentos nos quais sempre observamos a intervenção estatal.

Palavras-chave: inclusão social; cidadania; Luz para Todos

Agradecimentos

Agradeço ao Professor José Bonifácio De Sousa Amaral Filho pela atenção e orientação neste trabalho além da rica vivência compartilhada dos seus conhecimentos no setor elétrico.

Aos Comitês Regionais responsáveis pelo Programa Luz para Todos que contribuíram com dados e informações relevantes para o desenvolvimento deste projeto. Em especial ao Comitê da Elektro Eletricidade e Serviços S.A pelas informações disponibilizadas.

Aos meus amigos pelos momentos de alegrias e crescimento durante todos os anos de faculdade.

Aos meus pais, grandes incentivadores das minhas conquistas pessoais e do meu crescimento profissional, por todo carinho, dedicação e atenção.

Sumário

Conteúdo

Introdução	5
Capítulo 1 - Inclusão Social: conceitos e análise.....	6
1.1 - Introdução	6
1.2. Cidadania por Theodor Marshall.....	7
1.3. Cidadania por José Murilo de Carvalho.....	10
1.4. O desafio da Inclusão Social, por Marcio Pochmann.	12
Capítulo 2 – O processo de eletrificação no Brasil e a presença Estatal.....	16
Capítulo 3 – O Programa Luz para Todos.....	29
3.1. Introdução.....	29
3.2. O Programa Luz Para Todos.....	32
3.3. Critérios de Atendimento.....	33
3.4. Dados do Programa Luz para Todos.....	35
3.5. Inadimplência das comunidades atendidas.	45
3.6. Casos de desenvolvimento local pós Luz para Todos.....	46
Conclusões	49
Anexo 1 – Relação municípios atendidos no Programa LPT pela Centrais Elétricas do Pará (CELPA).....	51
Referências Bibliográficas	55

Introdução

A noção de estilo de vida desenvolvida na cidade está intimamente ligada ao acesso à energia elétrica de modo seguro e contínuo. Isso posto, a idéia de desenvolvimento sustentável no campo está diretamente relacionada com o atendimento das necessidades básicas da população rural, incluindo porém não se limitando ao acesso a energia elétrica, serviço público cuja prestação no Brasil é dado como função constitucional do Estado delegada às concessionárias de energia e regulado por uma Agência – ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

As dificuldades para expansão do atendimento ao meio rural são particularidades deste mercado, considerando principalmente sua alta dispersão espacial no Brasil que acarreta elevados custos nos investimentos de infra-estrutura para atendimento e o padrão de baixo consumo per capita destes novos consumidores, aumentando assim o tempo necessário para a recuperação do capital investido.

A intervenção estatal refletida no Programa Luz para Todos busca, junto dos Agentes Executores, a ampliação do acesso e a possibilidade de desenvolvimento se integrado a outras políticas, sob a justificativa de promover a inclusão social desta população beneficiada.

Capítulo 1 - Inclusão Social: conceitos e análise.

1.1 - Introdução

Este capítulo tem por objetivo reunir algumas idéias que compõem o conceito de inclusão social, bem como definir a linha de pensamento pela qual este será analisado para constatação da hipótese.

O conceito de inclusão social remete às condições daqueles que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. Diversos estudos abordam o tema de Inclusão Social em diferentes vertentes ou deficiências da população que compõem a totalidade do conceito. Algumas ações governamentais atuam no sentido de suprir estas deficiências e assim considerar a parte da população atingida socialmente incluída.

Os excluídos socialmente podem ser, em geral, exemplificados como aqueles que não possuem condições financeiras de viver dentro dos padrões impostos pela sociedade ou que são discriminados ou prejudicados por serem idosos, negros, homossexuais ou portadores de deficiências físicas, como cadeirantes, deficientes visuais, auditivos e mentais. Neste sentido, cabe à sociedade modificar suas estruturas e seus valores éticos, a fim de que se torne capaz de acolher todos os segmentos populacionais que compõem a diversidade humana e todas as diferenças que distinguem uma pessoa da outra.

Algumas leis e projetos específicos para cada segmento da sociedade atuam no sentido de minimizar as diferenças e promover a inclusão social. São exemplos atuais, o regime de cotas de vagas nas universidades para os negros, e as que tratam da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

1.2. Cidadania por Theodor Marshall

Para compreender o tema da inclusão social, temos o desenvolvimento de alguns conceitos que retratam o processo de inclusão social tanto no âmbito internacional quanto nacional. O sociólogo inglês Theodor Marshall desenvolve o conceito de cidadania para discussão. Marshall trata a cidadania como uma medida de igualdade que se coloca sobre a sociedade, necessariamente (ou inevitavelmente) composta por indivíduos desiguais. Quanto mais cidadania, mais igualitárias se tornam as sociedades (VIANNA, 2005), e portanto maior a inclusão social.

A análise que Marshall estrutura apóia-se em três pilares, sendo eles: o elemento civil, político e social.

Os direitos civis correspondem às chamadas liberdades individuais, por exemplo, liberdade religiosa, liberdade de expressão, liberdade de ir e vir, liberdade de escolher uma ocupação, etc. Estas historicamente se estabeleceram a partir do século XVIII. Os direitos políticos, ou seja, votar e ser votado, organizar associações e partidos políticos, etc. começaram a se consolidar nos segmentos da população no século XIX. Por fim, os direitos sociais, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho, à renda, à cultura, garantem a participação efetiva dos indivíduos na riqueza nacional e no patrimônio de um país, sendo conquistados no século XX.

Marshall afirma que antes da era moderna, não era possível traçar uma relação entre os três direitos uma vez que as instituições representativas não tinham correlação. O Estado, no caso da questão inglesa, exemplo do qual Marshall faz uso, para atingir a evolução da cidadania nacional em tempo concomitante ao desenvolvimento capitalista, passou por um processo de “fusão geográfica” o qual provocou a transformação das instituições locais em nacionais e um desgaste dos

costumes locais em detrimento dos direitos comuns à nação que surgia. Nas próprias palavras de Marshall, “quando a liberdade se fez universal, a cidadania passou de instituição local à instituição nacional” (MARSHALL, 1967, p. 69). Houve ainda um processo de separação funcional que corresponde à separação das instituições da sociedade entre si, resultando em tribunais especializados permitindo que cada um dos direitos fosse tratado individualmente.

Um ponto importante da análise de Marshall corresponde, como já mencionado, aos conceitos de cidadania (ou *status*) e classe social. Aquela significa um “status” concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o “status” são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status”. (MARSHALL, 1967)

Em outras palavras, temos que o conceito de cidadania indica a relação do indivíduo com o Estado que confere um conjunto de direitos acumulados; a expansão desta relação concede direitos individuais a fim de se alcançar a igualdade de condições na sociedade, tendo em vista que, com a expansão das relações mercantis e capitalistas, o sentimento de liberdade, livre escolha, imperaria sobre os indivíduos e assim configurar-se-ia o mundo das desigualdades, cenário bastante explorado por Marshall. Caberia ao Estado, portanto, atuar como medida de igualdade a fim de garantir o cumprimento de algumas regras de convivência entre todos aqueles desiguais que compõem uma dada sociedade. Além disso, fazia-se necessário destituir de legitimidade os poderes intermediários, no passado exemplificado como a nobreza e a igreja.

Diante do exposto, medidas de igualdade são os direitos de cidadania que o Estado confere com o papel de assegurar estes a todos da sociedade, mesmo

com inevitáveis desigualdades que se fazem presentes para funcionamento do mercado capitalista.

Já o conceito de classe social se relaciona pela visão capitalista, com a inclusão do indivíduo no mercado de trabalho e, num pensamento liberal, a existência da desigualdade é desejável e necessária – seja para recompensar o trabalho realizado ou como incentivo para o desenvolvimento. Podemos assim afirmar que a classe social é fundada nas desigualdades intrínsecas do processo de desenvolvimento da economia capitalista. Em outras palavras, na sociedade capitalista, permite-se a mobilidade social, que está relacionada com a participação do indivíduo na economia – via mercado de trabalho – e, portanto a possibilidade de sucesso material. A existência desse tipo de classe gera um tipo de desigualdade social proposital nesta sociedade.

Na análise de Marshall, destacamos assim dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, ressalta-se a centralidade de sua definição de cidadania, em geral, e de sua tipologia dos direitos, em particular. Suas formulações fornecem ferramentas importantes para a compreensão de fenômenos sociais ao longo da história.

O segundo aspecto faz referência à relação estabelecida por Marshall entre busca por igualdade por meio da universalização da cidadania, e manutenção de um sistema de desigualdades, engendrado pelo próprio desenvolvimento de uma economia de mercado. Ele demonstra que mesmo com a tensão entre um e outro gerada especialmente pela coletivização dos direitos sociais, a convivência entre ambos é desejável e necessária dentro da lógica capitalista vigente.

1.3. Cidadania por José Murilo de Carvalho

No cenário brasileiro, na obra *Cidadania no Brasil*, de José Murilo de Carvalho, cientista político e historiador brasileiro -, o conceito de cidadania também é desenvolvido. Este autor discorre também que a idéia de cidadania é sustentada pelos três pilares: a questão dos direitos sociais que são representados pelos direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria. Os demais itens que compõem seu discurso são os direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei) e os direitos políticos (direito à participação do cidadão no governo da sociedade – voto).

A questão central que se coloca na discussão de Carvalho refere-se sobre qual tipo de cidadão e sociedade existe no Brasil. Relaciona em seu texto, diversos eventos que comprovam um balanço histórico, desde a época colonial, de um Estado esvaziado das ações das massas. Aponta que o processo de independência no Brasil, mesmo caracterizando avanço na esfera dos direitos políticos, não trouxe mudanças radicais, pois era conservador no sentido de que mantinha o sistema de escravidão e com isso significativa limitação aos direitos civis. Com relação à Constituição Republicana de 1891, observa-se o caráter exclusivo, pois continuava a excluir do voto os analfabetos, as mulheres, os pobres, os soldados, os membros das ordens religiosas. Tais situações, aponta Carvalho, seriam observadas anos à frente ratificando sua idéia de que a participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos, sem a presença das massas. O autor defende ainda o baixo impacto do exercício da cidadania no Brasil, no pós-1930, pelo fato dos direitos sociais terem sido introduzidos antes da expansão dos direitos civis. Os avanços trabalhistas não

foram conquistados, mas sim doados por um governo cujos líderes não tinham vinculação autêntica com causas populares.

O objetivo geral do autor é, portanto, demonstrar que no Brasil não houve um atrelamento das três esferas (social, política e civil) no exercício da política. O direito a esse ou àquele direito, por exemplo, a liberdade de pensamento e ao voto, não garantia o acesso a outros direitos, como segurança e ao emprego. No mesmo sentido, o aprofundamento dos problemas sociais no Brasil apóia o contraste das dimensões dos direitos políticos, via sufrágio universal, com os direitos sociais e os direitos civis. A negação desses direitos, vez ou outra no Brasil, é utilizada pelo historiador para dar sustentação à sua tese de que se tem gerado historicamente neste país uma cidadania frágil, não consolidada.

O autor procura mostrar que a garantia de direitos civis ou políticos no Brasil estiveram e estão longe de representar uma resolução dos muitos problemas sociais aqui presentes – e a recíproca é verdadeira: eles marcham, segundo o autor, em velocidades díspares. O atrelamento entre os três direitos pode em alguns momentos indicar o retrocesso ou o avanço de um ou de outro direito, determinado pela conveniência da circunstância.

Sobre a conquista dos direitos na Inglaterra, Marshall mostra que os ingleses conquistaram primeiramente os direitos civis, no século XVIII e, somente um século mais tarde, os direitos políticos. Os direitos sociais, entretanto, tiveram de esperar mais cem anos até que fossem considerados. Murilo de Carvalho observa que a tentativa simplista de analisar a adoção dos direitos pelo viés cronológico nos induz a simplificações errôneas. Por esta lógica, a cidadania no Brasil seria alcançada como ‘uma questão de tempo’, quando, na verdade, o diferencial entre a nossa cidadania e a dos ingleses está no fato de que os pilares que compõem a

cidadania: direitos políticos, civis e sociais foi por aquele povo conquistado, e a nós ele foi doado, segundo os interesses particulares dos governantes de plantão. Na Inglaterra, a introdução de um direito parecia estar atrelada ao exercício pleno de outro, ou seja, foi exatamente o exercício dos direitos civis que fez com que os ingleses reivindicassem direitos políticos e, daí, os sociais, o que não necessariamente segue uma ordem cronológica.

1.4. O desafio da Inclusão Social, por Marcio Pochmann.

O economista Márcio Pochmann referencia o conceito de inclusão social a um processo histórico desenvolvido a partir de padrões de dinamismo econômico e social pouco civilizado. No passado, os “ciclos” de desenvolvimento econômico, como por exemplo, no Brasil colonial (açúcar, ouro e café), indicaram a construção de uma sociedade fundamentada na desintegração social, ou seja, índios e escravos eram importantes no limite de seu trabalho, ficando excluídos de qualquer participação política.

Após a Revolução de 1930, diante de um país multirracial pela leva de imigrantes recebida no período anterior, coube ao Estado pela legislação social e trabalhista garantir a proteção, valorização e integração desta mão de obra nacional ao assalariamento. Na euforia dos anos 1960-70 identificou-se uma parcela significativa da sociedade despossuída dos principais frutos provenientes da elevação da renda e riqueza nacional. Com a crise da dívida externa em 1981-83, o projeto industrializante foi interrompido abrindo espaço novamente para a desintegração social. Assistiu-se à elevação do desemprego e à informalidade do trabalho.

Em seu livro, "O desafio da inclusão social no Brasil", Pochmann faz uma longa análise acerca da relação dos diferentes modos de produção e o processo de exclusão social, sobretudo no desenvolvimento do capitalismo. A temática da exclusão social assumiu maior atualidade e importância política frente à crescente vulnerabilidade imposta a determinados segmentos populacionais com consideráveis déficits de cidadania (segurança, saúde, emprego, educação, etc.). Mas ao adotarmos o termo exclusão social, descarta-se a priori uma visão dual e dicotômica em relação à inclusão, por se tratar de um processo histórico que expõe determinados segmentos sociais à maior ou menor possibilidade de integração no interior do modo de produção capitalista (POCHMANN, 2004).

Neste sentido, o desenvolvimento de um país propicia as condições necessárias para a inclusão e a exclusão social simultaneamente. As reformas civilizadoras e o processo de urbanização destacam a questão social e assim os despossuídos, frutos da expansão econômica. Ademais, novas necessidades foram sendo incorporadas, inclusive ao meio rural, tornando condições como acesso à educação, saúde, trabalho, moradia, transportes insuficientes para conceituar o estado de excluído socialmente.

Aparecem ainda na condição de exclusão social, aqueles apartados do acesso a bens e serviços fruto de novas tecnologias, ou seja, do acesso à sociedade do conhecimento. Pochmann relaciona na Tabela 1, diante das incorporações e mudanças sociais, as formas de exclusão social.

Tabela 1 – Formas de exclusão social

Condições de Vulnerabilidade	Exclusão Social Tradicional	Nova Exclusão Social
Etária	Presença de crianças	Presença de velhos
Raça	Negro e Imigrante	Branco e não imigrante
Familiar	Muitos dependentes	Monoparentais
Habitacional	Ausência de moradia	Moradia precária
Conhecimento	Analfabeto da língua pátria	Analfabeto digital
Trabalho	Ocupado e baixa produtividade	Desemprego recorrente
Renda	Insuficiente monetização	Monetização contida

Fonte: O desafio da inclusão social, Pochmann pag. 22

Em resumo, o Brasil apresenta duas formas distintas da manifestação da exclusão social. A primeira delas é tradicional e remete ao “déficit de bem estar social” de uma parcela da sociedade. Neste caso, é de responsabilidade do Estado garantir o acesso às necessidades básicas a fim de minimizar as desigualdades. A segunda forma de exclusão tem base nas taxas de desemprego e na vulnerabilidade da sociedade. Trata-se de um conjunto de déficits de capacidades não desenvolvidas.

A exclusão social apresenta-se, portanto, como um processo transdisciplinar que contempla os segmentos populacionais sem acesso a bens e serviços e àqueles marginalizados pelo desenvolvimento socioeconômico.

Para Pochmann, a reversão do quadro de forte exclusão social é possível e necessária se levado em consideração a superação de dois obstáculos: de um lado, o obstáculo da conformação de um novo padrão de financiamento, capaz de alavancar o crescimento econômico sustentado, com a necessária elevação da produção interna, do nível geral de empregos e de divisas internacional (POCHMANN, 2004), sob risco de incorrer em uma rota de “década perdida” como em 1981. De outro lado, o obstáculo da construção de uma verdadeira estratégia

nacional de inclusão social, portadora de mecanismos de gestão pública, capaz de superar o atual padrão de políticas sociais.

Sem a articulação e integração das ações, o objetivo da inclusão social geralmente não é alcançado. Apenas a garantia de uma renda familiar não significa necessariamente sua inclusão pois podem haver outros fatores como pessoas com problemas psicológicos, de saúde, de baixa escolaridade, sem acesso a moradia e transportes, saneamento básico e emprego.

Diante do exposto pelos três autores analisados, a questão da inclusão social somente é alcançada quando observada a universalização do conceito de cidadania na sociedade que se embasa no acesso aos direitos políticos, civis e sociais. No caso do estudo apresentado por Pochmann, este conceito vai além diante do desenvolvimento econômico e das necessidades incorporadas por este sistema. Referente ao objeto deste trabalho, temos que o Programa Luz Para Todos, de acesso à eletricidade, se enquadra no pilar dos direitos sociais, sendo o Estado o responsável em garantir este acesso a um serviço essencial para implantação e acesso a outros bens disponíveis na sociedade.

Capítulo 2 – O processo de eletrificação no Brasil e a presença Estatal.

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre a evolução do desenvolvimento do setor elétrico no Brasil com enfoque no papel do Estado como chave principal para direcionar e regulamentar as ações dos demais agentes envolvidos. Além disso, um breve relato sobre as experiências de eletrificação rural que antecederam o Programa Luz para Todos.

As primeiras experiências práticas com energia elétrica no Brasil ocorreram ainda na época imperial, sendo contemporâneas, portanto, ao desenvolvimento deste setor nos Estados Unidos e Europa. Em 1879, D. Pedro II permitiu que Thomas Edison introduzisse em nosso país aparelhos projetados por engenheiros norte-americanos para a utilização da energia elétrica. Na ocasião, houve a primeira demonstração pública da lâmpada elétrica para iluminação da estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil. Observa-se, entretanto, que estas ações foram efetivamente disseminadas nos últimos anos do século XIX, no regime republicano.

De acordo com o livro *Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil* do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil (1988), pelas condições e recursos naturais, logo se iniciou a utilização da energia hidrelétrica no Brasil, datada a primeira experiência em 1883 no afluente do Rio Jequitinhonha, em Diamantina, Minas Gerais cuja finalidade era auxiliar na atividade mineradora. Algumas outras experiências foram observadas nos anos seguintes, porém observamos que de 1880 a 1900, o aparecimento destas usinas geradoras ocorreu essencialmente para atendimento de serviços públicos de iluminação, atividades mineradora, beneficiamento de produtos agrícolas e em fábricas de tecido e serrarias.

O papel do Estado no desenvolvimento da infra-estrutura elétrica no período da Primeira República foi bastante limitado. Sua posição para a alavancagem econômica era essencialmente não-intervencionista e sua preocupação com a estabilidade cambial, finanças públicas e setor externo predominavam. Com a Constituição de 1891, adotou-se o federalismo que concedeu autonomia aos governos estaduais restringindo a atuação do governo federal. Durante a República Velha, a ação do Estado na indústria de energia elétrica restringia-se a medidas isoladas na tentativa de regulamentação do setor, sendo que a preocupação com relação à utilização do potencial hidráulico intensificou-se com a expansão da Light no início do século XX.

Os anos de 1930-1945 foram importantes para a mudança do modelo de desenvolvimento econômico no qual o modelo de substituição de importações estimulou a industrialização em contrapartida à crise do modelo agroexportador, visto que até os anos 30, o acesso à energia elétrica era tido como um bem de luxo. Durante a década de 1930, o pólo industrial cresceu em média 11,2% ao ano e a evolução da indústria de energia elétrica neste período refletiu estas mudanças ocorridas no país. O Estado promoveu transformações institucionais diante da preocupação constante em regulamentar as atividades deste setor.

Getúlio Vargas, em 10 de julho de 1934, assinou o decreto nº 26.234, promulgando o Código de Águas que estabelecia em nosso regime jurídico a diferença entre a propriedade do solo e a propriedade das quedas de águas e outras fontes de energia hidráulica para exploração ou aproveitamento industrial. Ao denominar as forças hidráulicas (quedas de água) como bens imóveis, distintos e não integrantes das terras em que se encontravam, o Código instituiu o regime das autorizações e concessões para os aproveitamentos hidrelétricos. Além disso, o

Código determinou que o aproveitamento industrial das águas para energia hidráulica, mesmo que em propriedade privada, estaria vinculada a concessões pelo período de 30 anos assinada pelo Presidente da República, quando destinado a serviços públicos. Instituiu também a fiscalização técnica, financeira e contábil sobre todas as Concessionárias com o objetivo de assegurar a prestação de um serviço adequado e tarifas praticáveis e não abusivas.

No Estado Novo, uma série de organismos governamentais como institutos, comissões, conselhos e empresas estatais se multiplicaram com o objetivo de atuar na diversificação da estrutura produtiva do país. Neste contexto surgiram empresas como a Companhia Siderurgia Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e também a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e pelo Decreto-Lei nº 1285, em março de 1939, foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia, transformado em Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), pelo Decreto-Lei nº 1699 de outubro de 1939. Com este Conselho, a política de energia elétrica passou para uma esfera diretamente subordinada à Presidência da República e por este órgão o Governo Federal atuou neste setor até a criação do Ministério de Minas e Energia em 1960.

A Segunda Guerra Mundial acarretou profundas modificações no perfil do setor de energia elétrica no Brasil. Durante o conflito, a ampliação do sistema energético foi extremamente prejudicada devido às dificuldades de aquisição no mercado internacional de equipamentos para instalação de novas usinas. Aliado ainda ao processo de urbanização dos grandes centros verificou-se no pós-guerra uma crise energética cuja solução, diante da capacidade instalada limitada, foi a adoção de programas de racionamento.

O primeiro Plano Nacional de Eletrificação de 1946, fruto do diagnóstico promovido pela Missão Cooke para promoção do desenvolvimento do país, estabeleceu diretrizes gerais indicando criação de sistemas interligados regionais conferindo relevância à eletrificação ferroviária que além de reduzir à dependência do carvão, ajustava-se ao propósito de interligação dos sistemas elétricos com instalação de usinas de porte pequeno e médio.

Durante a gestão do Marechal Dutra, foi elaborado o Plano Salte cuja linha de atuação contemplava Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, representando a primeira tentativa de planejamento integrado do desenvolvimento nacional promovida pelo Governo Federal. Dos recursos destinados ao Plano, cerca de 14% foi reservado a energia sendo que dentro deste setor, 52% do total couberam ao subsetor de eletricidade, 47% ao petróleo e 1% à exploração do carvão. Tal direcionamento mostra a preocupação e foco com relação ao potencial energético brasileiro e o movimento internacional acerca da utilização do petróleo. Aproximadamente 60% dos investimentos no setor de eletricidade concentraram-se no aporte do Governo Federal destinado à Chesf que construía o complexo de Paulo Afonso e outras hidrelétricas. O restante foi enviado para elaboração de um Plano Nacional de Eletrificação, à eletrificação rural e à indústria pesada de equipamentos elétricos.

As estatísticas apresentadas para o comportamento do mercado de energia elétrica indicam a manutenção ou mesmo a aceleração do ritmo de crescimento do consumo de eletricidade no período desde 1930 a 1945 sendo reflexos de um crescimento da economia brasileira fundamentada em atividades urbano-industriais. Entretanto ao compará-la com a evolução da capacidade

instalada, mesmo com as ações e preocupações do Governo neste setor, observamos uma desaceleração na fase final (ver Tabelas 2 e 3 e Gráfico 1).

Tabela 2. Evolução da Capacidade Instalada de Energia Elétrica (1926-1945).

Ano	Potência Instalada (MW)		
	Total	Hidráulica	Térmica
1926	592	489	103
1927	650	539	111
1928	707	576	131
1929	760	622	138
1930	779	630	149
1931	799	546	153
1932	805	549	156
1933	817	658	159
1934	828	665	163
1935	850	677	173
1936	925	746	179
1937	947	755	192
1938	1162	947	15
1939	1176	952	224
1940	1244	1009	235
1941	1261	1019	242
1942	1308	1061	247
1943	1315	1067	248
1944	1334	1077	257
1945	1342	1080	262

Fonte: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil, Rio de Janeiro, 1988.

O descompasso entre o ritmo de expansão do consumo de eletricidade e o crescimento da capacidade instalada, demonstrados nas tabelas 2 e 3, está na raiz das crises de racionamento de energia elétrica a partir de 1938/1939, por um lado, e resulta de significativa retração de investimentos das concessionárias estrangeiras desde 1930, por outro.

Como salientou Sônia Draibe, o “Salte retrata de maneira exemplar as forças sociais e a articulação política dominante no período, Tal como aquelas, o Plano não será anti-industrializante, não elegerá a agricultura como o caminho privilegiado que conduzirá ao futuro. Mas também como aquelas, não terá a

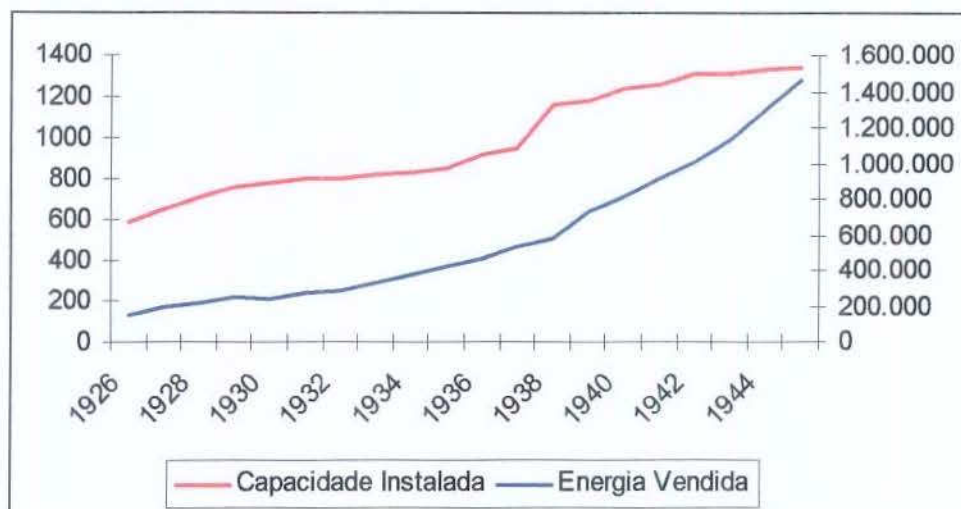
industrialização como meta central e requerimento urgente da Nação. A lentidão do desenvolvimento seria o seu resultado". (LIMA, 1995).

**Tabela 3. Energia Vendida pela The São Paulo Tramway Light & Power Company, Limited
(1926-1945)**

Ano	Energia Vendida (MWh)
1926	144.750
1927	189.570
1928	218.105
1929	247.004
1930	243.425
1931	270.598
1932	281.343
1933	326.372
1934	375.157
1935	423.174
1936	469.523
1937	533.810
1938	583.557
1939	729.692
1940	809.712
1941	915.976
1942	1.010.166
1943	1.133.352
1944	1.298.243
1945	1.463.768

Fonte: Políticas do Governo e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica: do Código de Águas à Crise dos anos 80 (1934-1984), 1995, p. 35).

Gráfico 1 – Relação da Capacidade Instalada e Energia Vendida



Fonte: Políticas do Governo e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica: do Código de Águas à Crise dos anos 80 (1934-1984), 1995, p. 35). Elaboração Própria.

Com a volta de Vargas, em janeiro de 1951, estes projetos foram revistos com retorno do foco ao processo de industrialização que propunha um aumento da produção de bens de consumo e mercado interno. Além disso, buscava maior intervenção do Estado na economia, sobretudo na infra-estrutura (energia e transportes) e na indústria de base com a intenção de minimizar a centralização das concessionárias no setor privado e assim evitar crises na oferta seja pela redução dos investimentos seja por crises externas como o Crash de 29, em que, as companhias estrangeiras que tinha concessão no Brasil praticamente não tinham recursos para se expandir (LIMA, 1995). Algumas obtinham empréstimos e por este motivo eram vulneráveis a atrasos nos programas e obras. No setor elétrico, defendia presença maciça do Estado a fim de promover a produção de energia elétrica e assim, contrariamente às experiências internacionais, permitir que a oferta precedesse à demanda pelo intervencionismo das empresas públicas. Em 1953, a Assessoria Econômica do Governo promovendo estudos sobre as deficiências do desenvolvimento elétrico no Brasil, encaminhou um projeto de natureza fiscal que

objetivava capitalizar recursos para as empresas públicas do setor. Propunham a criação do Fundo Federal de Eletrificação (FFE) cujos recursos seriam oriundos da cobrança do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE). Este imposto representou a primeira fonte de recursos de cunho fiscal, de alcance nacional para promover investimentos no setor elétrico (LIMA, 1995).

Num segundo momento, a Assessoria Econômica em sua política de desenvolvimento redigiu dois projetos de lei sendo um referente ao Plano Nacional de Eletrificação e o outro para criação da Eletrobrás. Em termos práticos, o Plano indicava um amplo esforço para suprimento das necessidades de energia num intervalo de tempo de dez anos com ações para cobrir o déficit da capacidade geradora, padronização da frequência de corrente, tensões de transmissão e distribuição e interligações regionais, conforme podemos observar na Tabela 4 que indica as projeções calculadas na época. Apesar deste Plano não ter sido aprovado pelo Legislativo durante o segundo governo de Vargas, suas propostas direcionaram a expansão futura do setor no Brasil. Já a Eletrobrás, concebida como uma empresa pública de âmbito nacional, teria a responsabilidade de realizar estudos e projetos para construção e operação de usinas e linhas de distribuição de energia elétrica além da atuação pela aproximação crescente entre as empresas públicas em geral e os segmentos periféricos do investimento setorial, e empresas controladas pela Eletrobrás.

Tabela 4 – Plano Nacional de Eletrificação - Projeções da Capacidade Instalada
Área das Grandes centrais Elétricas (1955-1965)

Zonas	Capacidade Instalada (MW)	
	1955	1965
Light - Rio, CBEE	805	2028
Light - São Paulo	1178	2960
CPFL e outras (SP)	281	593
Paranapanema (SP)	87	190
Paraná - Santa Catarina	123	284
Rio Grande do Sul	205	433
Minas Gerais	195	1188
Rio Itabapoana (RJ)	61	146,8
Rio das Contas (BA)	19	32
Chesf	248	350
C. Dourada (GO)	37	73

Fonte: Políticas do Governo e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica: do Código de Águas à Crise dos anos 80 (1934-1984), 1995, p. 66).

Com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, tínhamos o objetivo de orientar a política de desenvolvimento do período com foco em cinco setores básicos: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, sendo que a área de infra-estrutura energética e transportes correspondiam a 73% dos investimentos programados. Isoladamente, o setor de energia elétrica correspondia a 24% do orçamento do Plano. As estimativas do programa indicavam um crescimento médio de 12% a.a. entre 1955-1960 e de 9,4% a.a de 1960-1965. Já as previsões de consumo refletidas nas perspectivas (LIMA, 1995) de investimento estimavam um aumento da capacidade instalada na ordem de 10% a.a. no período de 1956-1965, porém a evolução industrial efetiva, assim como no final da década de 50, não acompanhou a expectativa (Tabela 5), sendo um prenúncio da insuficiência energética que observaríamos na década de 70 e 80.

Os anos 60 encontraram um Brasil mais complexo, com o BNDES contribuindo de maneira decisiva nos investimentos em infra-estrutura, e assim no setor energético. Teve início nesta década, por exemplo, a construção de grandes e projetos hidrelétricos: Promissão (MG) e Ilha Solteira (SP) foram as primeiras usinas com barragens de terra, numa série que faria do Brasil um especialista mundial na área.

Tabela 5. Projeção X Evolução da Capacidade Instalada de Energia Elétrica

Ano	Projeção da Capacidade Instalada de Energia Elétrica no Brasil (MW)	Evolução da Capacidade Instalada de Energia Elétrica (MW)	Realizado (%)
1956	3.491	3.550	101,7%
1957	3.744	3.767	100,6%
1958	3.934	3.993	101,5%
1959	4.417	4.115	93,2%
1960	5.194	4.800	92,4%
1961	5.611	5.205	92,8%
1962	6.295	5.729	91,0%
1963	6.915	6.355	91,9%
1964	7.535	6.840	90,8%
1965	8.255	7.411	89,8%

Fonte: José Luiz Lima, Estado e energia elétrica no Brasil: o setor elétrico no Brasil, das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962), p. 109. Elaboração Própria.

Com a crise energética mundial e os sinais de reversão do ciclo de crescimento econômico, nos meados da década de 1970, reforçou-se as condições de expansão do setor de energia elétrica, já sob a nova moldura financeira e institucional configurada pelo II PND no governo Geisel. De um lado, a estratégia de financiamento privilegiou o processo de endividamento externo, e de outro, acelerou-se a trajetória de centralização financeira e institucional do grupo Eletrobrás, instituído pela Lei 3.890-A em 25/04/1961, que se apoiava em projetos de investimento dotados de escalas técnicas mais elevadas, assumindo o papel até

então desempenhado em partes pelo BNDE de entidade federal de planejamento do setor.

No início da década de 1980, diante de restrições tarifárias, fiscais e crédito externo, o setor elétrico sofreu rápida retração em sua base de financiamento evidenciando as limitações dos instrumentos de controle do Estado diante da crise econômica.

O desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, conforme exposto foi em toda trajetória marcado por intervenções estatais na busca do pleno atendimento. Em especial na área rural, observamos que as ações foram tímidas tendo em vista o desenvolvimento industrial-urbano tardio. Por este motivo, o foco de atendimento foram os grandes centros urbanos.

A eletrificação de áreas rurais observa-se que, de início, ocorreu paralelamente ao processo de beneficiamento agrícola, em propriedades de café para agregar a atividades de torrefação, moinhos e irrigação. As máquinas, entretanto, funcionavam em períodos alternados permanecendo na maior parte do tempo ociosas. A eletrificação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, por exemplo, iniciada em 1922, provocou grandes alterações nas áreas rurais cujo foco se deu na instalação de linhas de transmissão e reforma de maquinário. Tal energia, em grande medida, era utilizada para movimentação de trens. No Estado de São Paulo, a eletrificação das zonas rurais acelerou-se gradativamente pelos arredores de Rio Claro, Limeira e Araras.

As grandes distâncias brasileiras atestam ao longo dos anos que a eletricidade rural é uma conquista fundada essencialmente em pesados investimentos estatais com retornos a longo prazo. Em 1976 foi formalizado o Plano

de Eletrificação Rural (PER) no qual mais de 1.000 obras foram financiadas a fim de beneficiar 17.000 propriedades rurais de 415 municípios em 16 estados.

Em tempos mais recentes, o Governo Paulista que se iniciou em 1995 tinha o propósito de desenvolver a eletrificação rural no estado dirigido à população de baixo poder aquisitivo, cujo Programa foi chamado de Luz da Terra. A meta era elevar de 60% para 80% o atendimento de energia elétrica às propriedades rurais até 1998 e posteriormente com o apoio do BNDES para 100%, sem exclusão. Em números, a meta se refletiu em 150 mil ligações tendo o BNDES como financiador na ordem de até 80% dos investimentos previstos.

Em 1999, orientado pela experiência do Estado de São Paulo, um programa semelhante foi implantado com dimensões federais: Luz no Campo. Segundo dados do Programa indicados pela Eletrobrás, a meta inicial do programa era conectar um milhão de propriedades rurais em todo o país até o ano de 2002. Com isso, previa-se a elevação do índice de eletrificação rural de 33% para 55%, atingindo o índice de 100% de eletrificação em 9 estados do Brasil. O programa conectou mais de 3 milhões de pessoas, representados por 680 mil domicílios, ao sistema elétrico desde agosto de 2000, quando se iniciou sua operação, sendo investido aproximadamente R\$ 2,3 bilhões.

A implementação destes programas provocou um expressivo aumento na quantidade de ligações comercializadas entre as concessionárias e os interessados, motivados principalmente pelo ganho de escala que tais investimentos propiciaram colaborando para a redução nos custos das conexões elétricas. Os serviços de expansionismo rural nos municípios reforçaram a idéia de que em muitas propriedades, sem a instalação da eletricidade, a ocupação agrícola era praticamente impossível, não só no que diz respeito aos benefícios da produção

agropecuária, mas também pelas condições de conforto e habitabilidade que a falta de eletricidade provoca, dificultando a fixação de empregados nas propriedades.

A eletrificação rural no Brasil tem na Lei nº 10.438 de 2002, um divisor de águas. Denominada de Universalização do Atendimento, esta Lei objetivava *“propiciar a maximização do atendimento de energia elétrica à população da zona rural do Estado, fazendo respeitar o direito igualitário de todos os cidadãos por tal benefício”*. (Transcrição do texto da Lei 10.438/2002). O conceito de universalização empregado tinha como foco desonerar o interessado dos custos provenientes da solicitação de uma ligação, como até então era praticado. Além disso, determinava prazos para que todo solicitante fosse atendido e a prioridade aos municípios com índice de atendimento inferior a 85%, com base no Censo IBGE 2000.

Tais implicações da Lei de Universalização foram implantadas tendo em vista até então as práticas das concessionárias de engenharia de distribuição com alto teor de complexidade e critérios de cadastramento excludentes além do alto custo de ligação tomando o projeto financeiramente inviável à população rural.

Diante do relato exposto, temos que o setor elétrico em se tratando de um dos pilares da infra-estrutura para desenvolvimento conjunto de outros setores, recebeu de maneira expressiva a atuação do Estado, na busca pelo desenvolvimento da capacidade produtiva, bem como a universalização de seu acesso visando à interação com outros programas e serviços. Tais ações foram embasadas e reforçadas pelas profundas transformações institucionais no sistema elétrico brasileiro, como por exemplo, em 1962, quando foi criada a ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras) um importante marco da centralização do poder do Estado na regulamentação do setor elétrico brasileiro.

Capítulo 3 – O Programa Luz para Todos

“Atender a esses companheiros é ter clareza de que estamos fazendo política social. É ter clareza de que estamos fazendo política de inclusão. Pensando do ponto de vista do humanismo, do social, não pode ter benefício maior do que levar a modernidade para a casa das pessoas. O país tem que saber que tem coisa que, do ponto de vista do economês, não é aquilo que o economista diz que é viável”. – Luiz Inácio Lula da Silva na ocasião da marca de 5 milhões de pessoas atendidas pelo Luz Para Todos.

3.1. Introdução.

A citação acima expressa o sentimento e propaganda política do Governo Lula com relação aos resultados do Programa Luz Para Todos (LPT). Reflexo daquilo que foi arquitetado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) ao publicar em julho de 2003 uma proposta para o “Modelo Institucional do Setor Elétrico” na ocasião da reforma do setor elétrico daquele período. Este documento indicava três principais objetivos a fim de promover discussões e o desenvolvimento do Setor Elétrico Brasileiro, sendo eles:

- “Garantir a segurança de suprimento de energia elétrica;
- Promover a modicidade tarifária, por meio da contratação eficiente de energia para os consumidores regulados; e
- *Promover a inserção social no Setor Elétrico, em particular pelos programas de universalização de atendimento”. (Modelo Institucional do Setor Elétrico, 2003)*

Dentre os listados, o último reforça a idéia de inclusão social da população e via LPT, da população rural, sendo assim o acesso à energia elétrica visto como um direito de cidadania. O documento indicava ainda que os recursos para viabilização deste objetivo seriam previstos pelo uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, além de subsidiar os projetos de universalização do acesso à energia elétrica, auxilia os consumidores de baixa renda no pagamento de tarifas, e financia a expansão da malha de gás natural e os projetos de energia de fontes alternativas como eólica e biomassa.

Conforme citado no Modelo Institucional, a universalização do acesso, ou seja, a ligação destes consumidores da área rural à energia elétrica visa ainda integrar as diversas atividades sociais e de desenvolvimento do Governo Federal e Estados, a fim de assegurar que este esforço gere incremento da produção agrícola, aumento da renda e possibilidades de desenvolvimento da população atingida. Segundo o Censo Agropecuário 1996¹ (Ver Tabela 6) e Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existiam neste ano, aproximadamente dois milhões de domicílios rurais não atendidos, ou seja, aproximadamente dez milhões de brasileiros (considerando uma média de 5 pessoas por domicílio) que viviam no meio rural sem acesso a esse serviço público. Além disso, cerca de noventa por cento dessas famílias possuem renda inferior a três salários mínimos.

¹ A cada dez anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faz o recenseamento agropecuário no país. O último levantamento foi em 2007, entretanto há divulgação apenas de alguns dados preliminares. Por este motivo adotamos os dados de 1996 para análise.

Tabela 6 – Eletrificação Rural – Estabelecimentos Agropecuários e IDH Estaduais

Estado	Total	% C/ Luz	Com Luz	IDH
Goiás	114.249	62	71.037	0,776
Mato Grosso do Sul	49.423	60	29.653	0,778
Mato Grosso	78.762	32	25.237	0,773
Centro Oeste	242.434	52	125.927	
Acre	23.788	12	2.896	0,697
Roraima	7.476	17	1.276	0,746
Amapá	3.349	17	569	0,753
Amazonas	83.289	6	5.080	0,713
Pará	206.404	7	14.448	0,723
Rondonia	76.956	23	18.084	0,735
Tocantins	44.913	11	4.985	0,710
Norte	446.175	11	47.338	
Alagoas	115.064	23	27.040	0,649
Bahia	699.126	13	90.187	0,688
Ceará	339.602	28	96.446	0,700
Maranhão	367.192	6	22.091	0,636
Paraíba	146.539	40	58.615	0,661
Pernambuco	258.630	37	95.175	0,705
Piauí	208.111	7	14.983	0,656
Rio Grande do Norte	91.376	34	31.067	0,705
Sergipe	99.774	27	26.879	0,682
Nordeste	2.325.414	20	462.483	
Rio Grande do Sul	429.958	72	309.569	0,814
Santa Catarina	203.347	84	170.608	0,822
Paraná	369.875	70	258.912	0,787
Sul	1.003.180	74	739.089	
Espírito Santo	73.288	77	56.431	0,765
Minas Gerais	496.677	54	270.192	0,773
Rio de Janeiro	53.680	57	30.812	0,807
São Paulo	218.016	74	160.512	0,820
Sudeste	841.661	62	517.947	
Total Geral	4.858.864	39	1.892.784	

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1996 e Manual de Operacionalização do Programa Luz Para Todos; Versão 5 de 17/10/2007. Elaboração Própria.

Dos dados apresentados na Tabela 6, observamos a discrepância do atendimento nas diferentes regiões do país. Regiões urbanizadas e economicamente desenvolvidas, como o Sudeste e Sul, apresentam um índice de eletrificação rural muito mais elevado em comparação ao Norte e Nordeste do País, ainda que deficiente em alguns Estados. Ao cruzar estes dados com as informações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual representa uma medida comparativa que engloba três dimensões (riqueza, educação e esperança média de

vida.), temos claramente que as regiões com baixo IDH correspondem a uma baixa eletrificação rural.

3.2. O Programa Luz Para Todos.

O Decreto Federal nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, mesmo ano de publicação do “Modelo Institucional do Setor Elétrico”, instituiu o Programa Luz Para Todos (LPT) cujo objetivo, relacionado ao Modelo citado, seria proporcionar inicialmente até o final do ano de 2008 o acesso a energia elétrica a 2 milhões de domicílios da área rural. Tal programa seria viabilizado por agentes executores representados pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Manual de Operacionalização do Programa Luz Para Todos; Versão 5 de 17/10/2007).

Para alcançar os objetivos e otimizar a utilização dos recursos públicos, o Programa prioriza a ligação das unidades consumidoras com tecnologia de rede de baixo custo e, se necessário, de forma complementar, com sistemas de geração descentralizada com rede isolada e sistemas individuais. Nesse cenário, o Programa destinará recursos a projetos que visem ao atendimento de futuros consumidores situados no meio rural, e privilegiará o caráter social do investimento a fim de integrar outros programas do Governo Federal e contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades atingidas.

O Programa, segundo o MME, estimou um orçamento de R\$ 7,6 bilhões, sendo aproximadamente R\$ 5,5 bilhões provenientes de fundos setoriais geridos pelo Governo Federal e o restante partilhado entre os Governos Estaduais e as Distribuidoras de Energia Elétrica. Os Estados disponibilizariam recursos a título de

subvenção econômica, ou seja, a fundo perdido, e as Distribuidoras com recursos financeiros próprios. A participação financeira de cada um destes agentes varia de Estado para Estado, pois esta definição ocorre na assinatura do Termo de Compromisso firmado entre o MME, Estado e Distribuidora por intermediação da ANEEL e Eletrobrás para efetivação do Programa no Estado. Neste Termo é firmada a autorização dos repasses de recursos financeiros.

3.3. Critérios de Atendimento.

Para viabilizar o programa e garantir o acesso do meio rural à energia elétrica, alguns critérios foram estabelecidos. Assim, as obras para serem aprovadas deverão se enquadrar em pelo menos um dos itens abaixo, tendo preferência aquelas que se encaixam no maior número de itens:

- I - projetos de eletrificação rural em Municípios com Índice de Atendimento a Domicílios inferior a oitenta e cinco por cento, calculado com base no Censo 2000;
- II - projetos de eletrificação rural em Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média estadual.
- III - projetos de eletrificação rural que atendam comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas ou por obras do sistema elétrico, cuja responsabilidade não esteja definida para o executor do empreendimento;
- IV - projetos de eletrificação rural que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado;
- V - projetos de eletrificação rural em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água, sendo este último exclusivamente voltado ao atendimento comunitário,
- VI - projetos de eletrificação em assentamentos rurais;

VII - projetos de eletrificação rural para o desenvolvimento da agricultura familiar ou de atividades de artesanato de base familiar.

VIII - projetos de eletrificação para atendimento de pequenos e médios agricultores;

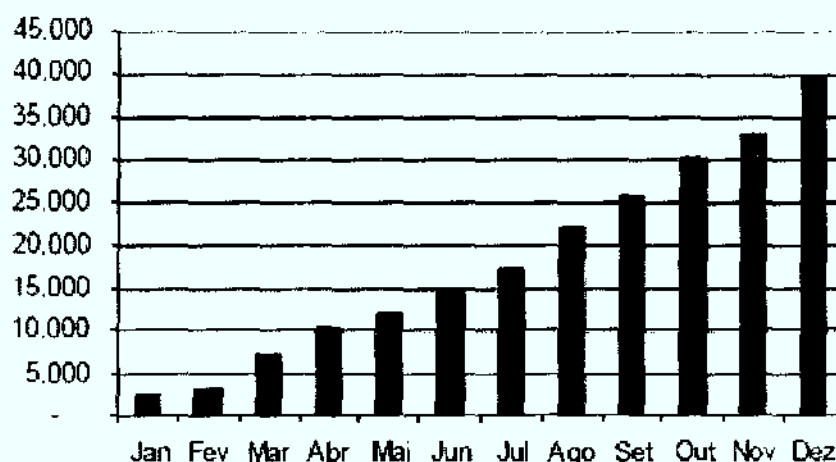
IX - projetos de eletrificação rural, paralisados por falta de recursos, que atendam comunidades e povoados rurais;

X - projetos de eletrificação rural das populações do entorno de Unidades de Conservação da Natureza; e

XI - projetos de eletrificação rural das populações em áreas de uso específico de comunidades especiais, tais como minorias raciais, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades extrativistas etc.

Como exemplo relacionado ao item II acima, tomamos o Estado de Maranhão, cujo IDH de 0,636 mostra-se o mais baixo de acordo com o Censo 2000. Pelas publicações no site da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e em seus Relatórios de Administração de 2005 e 2006, a Companhia em 2004 eletrificou mais de 40 mil novas unidades consumidoras em 116 municípios maranhenses, beneficiando mais de 200 mil pessoas. Ao longo do ano, a evolução com relação ao número de unidades consumidoras atendidas, representou um crescimento de aproximadamente 92% (gráfico 2), no período de janeiro a dezembro de 2004.

Gráfico 2 – Evolução do Número de Ligações



Fonte: Relatório de Administração CEMAR, ano 2005.

No Relatório de Administração de 2006, destaca-se que em 2005 foi atingida a marca de 103 mil clientes atendidos pelo Programa Luz Para Todos com um investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais, serviços de terceiros e impostos correlacionados de R\$ 169,1 milhões ao fim de 2006, representando um crescimento de 31,4% em relação ao ano de 2005.

No mesmo período, a Elektro Eletricidade e Serviços S.A (Elektro), concessionária localizada no Estado de São Paulo com um dos IDH mais altos do país, 0820, em seu Relatório Administrativo do mesmo período indica que foram investidos R\$ 26 milhões com o atendimento de 9.630 unidades consumidoras. Tais números indicam a diferença na necessidade de investimentos e discrepância de condições da população destas áreas atendidas.

3.4. Dados do Programa Luz para Todos.

Para análise dos dados e do desenvolvimento do Programa, utilizamos a metodologia de consulta aos Comitês Regionais de todos os vinte e sete Estados do país por meio do “correio eletrônico” (*e-mail*). Estes contatos foram obtidos pela

indicação dos responsáveis no site do Ministério de Minas e Energia, sendo que obtivemos o retorno de nove Estados: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Roraima e Paraíba, representando cerca de um terço dos Estados brasileiros. Além disso, ainda por “correio eletrônico”, contatamos o Comitê responsável pelo Programa no Ministério de Minas e Energia que disponibilizou dados globais acerca do número de atendimentos realizados desde o início do Luz para Todos. Estes dados foram tabulados para melhor compreensão e junto da consulta de Relatórios Anuais de Administração das concessionárias de energia, disponíveis nos sites, julgamos tais informações pertinentes para comparar as regiões atingidas e os impactos do programa.

Pelos Comitês e Agentes Executores (Distribuidoras de Energia Elétrica), observamos uma evolução do número de unidades consumidoras atendidas pelo programa. Conforme Tabela 7 a seguir, até novembro de 2008, aproximadamente 9 milhões de pessoas foram atendidas pelo Programa. Destes quase 9 milhões, cerca de 66% da população atingida concentra-se nas regiões Norte e Nordeste do País. Tal resultado é reflexo do atraso econômico e desenvolvimento precário da infraestrutura local, além da evidente necessidade de universalização do acesso já expressa nos dados do Censo Agropecuário de 1996/97 onde se observa o menor índice de eletrificação rural.

Observamos, portanto que em decorrência do Programa Luz para Todos, houver uma expressiva ampliação do acesso ao serviço de eletricidade no meio rural.

Tabela 7 – Total de Ligações e Pessoas Beneficiadas pelo LPT

Estado	Ligações Acumuladas	Total de Pessoas Beneficiadas	% de Pessoas Beneficiadas
Rio Grande do Sul	66.592	332.960	3,72%
Santa Catarina	36.637	183.185	2,05%
Paraná	40.240	201.200	2,25%
SUL	143.469	717.345	8,02%
São Paulo	63.692	318.460	3,56%
Rio de Janeiro	16.250	81.250	0,91%
Espírito Santo	44.081	220.405	2,46%
Minas Gerais	212.716	1.063.580	11,89%
SUDESTE	336.739	1.683.695	18,82%
Alagoas	53.987	269.935	3,02%
Bahia	294.224	1.471.120	16,44%
Ceará	111.571	557.855	6,23%
Maranhão	179.335	896.675	10,02%
Paraíba	40.165	200.825	2,24%
Pernambuco	85.473	427.365	4,78%
Piauí	38.712	193.560	2,16%
Rio Grande do Norte	39.912	199.560	2,23%
Sergipe	47.049	235.245	2,63%
NORDESTE	890.428	4.452.140	49,76%
Acre	23.280	116.400	1,30%
Amazonas	22.213	111.065	1,24%
Amapá	1.298	6.490	0,07%
Pará	194.644	973.220	10,88%
Rondônia	21.605	108.025	1,21%
Roraima	3.204	16.020	0,18%
Tocantins	28.150	140.750	1,57%
NORTE	294.394	1.471.970	16,45%
Goiás	30.061	150.305	1,68%
Mato Grosso do Sul	25.959	129.795	1,45%
Mato Grosso	68.451	342.255	3,83%
CENTRO-OESTE	124.471	622.355	6,96%
TOTAL GERAL	1.789.501	8.947.505	100,00%

Fonte: dados fornecidos pelo Comitê Programa Luz Para Todos/Brasília, consolidado desde 2003 até novembro/2008. Elaboração Própria.

Quando tratado regionalmente, o programa apresenta avanços e lacunas no que se refere ao seu desenvolvimento. Dados oriundos dos comitês regionais revelam, por exemplo, um avanço considerável em Estados como o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul. Neste, a meta inicialmente definida foi cumprida antes de 2008. O quadro comparativo revela ainda a morosidade com relação à liberação de recursos pelo Governo Federal. Em

grande medida, o volume de investimentos previstos não foi em sua totalidade liberado aos agentes executores (concessionárias distribuidoras de energia elétrica), cabendo a eles a responsabilidade de viabilizar o programa (Tabela 8)

Tabela 8 – Dados Comparativos Entre Estados

Estado	Meta Inicial (até 2006)	Cumprida em	Meta Revista 2008	Atendidos Set/08	Previsão Investimento Total (milhões)	Previsão Investimento Governo Federal (milhões)	Investimento Executado até Set/08 pelo Gov. Federal (milhões)
Paraná	36.785	Fev/07	78.620 (até 2010)	38.851	R\$ 434	R\$ 305	R\$ 117
Santa Catarina	18.153	Ago/06	39.760 (até 2009)	36.159	R\$ 184	R\$ 102	R\$ 73
Rio Grande do Sul	56.567	Abr/08	78.852 (até 2009)	65.365	R\$ 527	R\$ 402	R\$ 206
Mato Grosso do Sul	20.540	Dez/06	42.625 (até 2010)	25.500	R\$ 361	R\$ 286	R\$ 121
Pará	236.060	**	366.060 (até 2010)	185.860	R\$ 1.530	R\$ 1.163	R\$ 809
Amazonas	81.000	**	81000 (até 2010)	22.000	R\$ 600	R\$ 540	R\$ 129
Rio Grande do Norte	30.095	2007	***	38.810	R\$ 132	R\$ 143	R\$ 105
Roraima	13.129	**	***	3.202	R\$ 36	***	R\$ 13
Paraíba	47.000	**	67.000 (até 2010)	40.165	R\$ 290	R\$ 230	R\$ 107
Total	539.329		753.917	455.912	R\$ 4.094	R\$ 3.171	R\$ 1.680

** Não atendida

*** Não informado

Fonte: dados fornecidos pelos Comitês Regionais responsáveis pelo LPT. Elaboração Própria.

Destacamos acima o caso de Roraima, Estado em que o déficit de ligações realizadas versus a meta é evidente. De acordo com o levantamento dos dados enviados pelo MME, pela situação de cada Agente Executor, temos o seguinte cenário:

Tabela 9 – Previsões e realizações LPT Roraima

Agentes Executores	Previsto 2004	Previsto 2005	Previsto 2006	Previsto 2007/2008	Total Previsto 2004-2008	Realizado	Total a realizar previsto 2008
BOVESA	702	688	***	739	2129	815	1.314
CER	2.274	1.974	2.109	4.643	11.000	2.387	8.613
TOTAL	2976	2.662	2.109	5.382	13.129	3.202	9.927

*** Não informado

Fonte: dados fornecidos pelo Comitê Regional do Estado de Roraima. Elaboração Própria.

Conforme tabela 9 acima, verificamos que de 2004 a 2008 era previsto para a concessionária Boa Vista Energia – BOVESA executar 2.129 atendimentos, porem só realizou 815 atendimentos (cerca de 38%), restando ainda 1.314 atendimentos a serem realizados. Já para a Companhia Energética de Roraima – CER, estava previsto executar 11.000 atendimentos entre 2004 e 2008, mas executou apenas 2.387, ou seja, 22% das ligações previstas, faltando ainda 8.613 atendimentos até o fim do programa. Destaca-se que as metas são acumulativas, ou seja, as priorizações remanescentes automaticamente serão inseridas na programação do ano seguinte, se não cumpridas.

A dificuldade no atendimento das metas, inclusive para fechar o ano de 2008, refere-se à necessidade de superação de algumas ocorrências conforme citação do Comitê Regional de Roraima: a concessionária BOVESA realizou 616 atendimentos em 2005, e no primeiro semestre de 2006 tornou-se inadimplente, entrando no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, onde se encontra até hoje, não podendo receber recursos. Já em 2007 não executou nenhum atendimento por encontrar-se inadimplente e em 2008 executou apenas 37 atendimentos.

A Companhia Energética de Roraima – CER realizou 244 atendimentos em 2005, 1.604 em 2006 e 539 em 2007, perfazendo assim um total de 2.387 atendimentos;

A CER em 2004 nem chegou a receber recursos e já se encontrava no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, ficando assim até o final de 2005. Já em 2006 recebeu 02 (duas) parcelas de Recurso Público Federal para execução das obras, onde prestou contas apenas da primeira parcela, e por esse motivo entrou no CADIN novamente em 2007, permanecendo assim até hoje.

Além disso, para universalizar o Estado de Roraima até dezembro de 2010, será necessário resolver os seguintes problemas: revitalizar e/ou ampliar as usinas termelétricas já existentes, construir novas usinas, construir linhas de sub-transmissão para possibilitar atendimentos à longa distancia, e construir redes de distribuição de 13.8 KV Trifásicas nas Vicinais Troncos. A gestão dos agentes executores deverá ainda ser acompanhada com atenção a fim de mantê-los adimplentes em todo o período.

Não foram obtidas informações do comitê do Estado de Minas Gerais, entretanto ao acessar o Relatório de Administração 2007 pelo site da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), aponta-se que pelo Programa foram ligados cerca de 180 mil consumidores, basicamente na área rural, atendendo uma população de aproximadamente 840 mil pessoas e com um custo total, até 31 de dezembro de 2007, de R\$ 1.599 milhões. O programa teve a participação de recursos do governo federal e do governo estadual, nos valores de R\$ 593 milhões e R\$ 79 milhões, respectivamente.

Dados mais detalhados a que tivemos acesso referem-se à concessionária Elektro Eletricidade e Serviços S.A (Elektro), empresa localizada no Estado de São Paulo, cujo comitê não enviou as informações solicitadas, e também responsável pelo atendimento de 5 cidades do Estado do Mato Grosso do Sul, o Programa LPT até abril de 2009 refletiu-se em aproximadamente 44 mil ligações, conforme abaixo demonstrado ano a ano (Tabela 10).

Tabela 10 – Ligações Realizadas x Meta - Elektro

Programa Luz para Todos na Elektro - Ligações

Regional da Empresa	Situação	Programa Luz para Todos na Elektro - Ligações					Total	Percentual Realizado/Previsto
		2004/2005	2006	2007	2008	* 2009		
Andradina-SP	Previsto	876	719	550	805	804	3.754	80,98%
	Realizado	800	735	550	805	150	3.040	
Andradina-MS	Previsto	590	624	71	90	100	1.475	92,34%
	Realizado	595	568	71	90	38	1.362	
Atibaia	Previsto	1.172	2.421	2.065	1.665	1.243	8.566	93,38%
	Realizado	1.425	2.423	2.065	1.665	421	7.999	
Guarujá	Previsto	810	1.136	1.036	400	638	4.020	82,49%
	Realizado	576	1.139	1.036	400	165	3.316	
Itanhaém	Previsto	1.687	2.243	1.558	1.515	1.200	8.203	91,44%
	Realizado	1.544	2.403	1.558	1.515	481	7.501	
Limeira	Previsto	287	267	200	100	98	942	119,00%
	Realizado	499	306	200	100	16	1.121	
Rio Claro	Previsto	171	207	80	30	57	545	102,39%
	Realizado	212	211	80	30	25	558	
Tatuf	Previsto	2.264	5.820	3.424	2.855	2.928	17.291	94,32%
	Realizado	3.208	5.953	3.424	2.855	869	16.309	
Votuporanga	Previsto	736	697	287	130	232	2.082	93,66%
	Realizado	771	700	287	130	62	1.950	
Total	Previsto	8.593	14.124	9.271	7.590	7.300	46.878	92,06%
	Realizado	9.630	14.438	9.271	7.590	2.227	43.156	

* Posição até 30/04/09

Fonte: dados fornecidos pela Concessionária Elektro. Elaboração Própria.

Estava previsto para esta concessionária, a ligação de 22.717 unidades consumidoras entre os anos de 2004 e 2006. Mesmo com a meta cumprida, foi

constatado na época que ainda existia um grande potencial de clientes a serem atendidos, e por isto, o programa foi prorrogado até 2008 e posteriormente até 2010, conforme definido pelo MME.

Na Elektro, o programa já beneficiou desde o seu início 13.156 clientes pelo sistema convencional, (Redes de Distribuição), e 40 clientes com sistema alternativo, (Fotovoltaica), com um investimento total até fevereiro de 2009 superior a R\$190.100.000,00, em toda a sua extensão de acordo com as regionais conforme tabelas 10 e 11. A meta de ligações na Elektro a serem realizadas entre os anos de 2009 e 2010 são de mais 15.000 ligações.

Da fonte de recursos, o contrato estabelecido entre Elektro e Eletrobrás, institui a proporção do aporte da seguinte maneira: Elektro responsável por 15% dos recursos, Eletrobrás 75% e o Governo Estadual – 10%. Entretanto, em consulta com a concessionária, observa-se que o volume aplicado pela Companhia em alguns momentos é superior tendo em vista a morosidade com relação à liberação dos recursos da Eletrobrás e do Governo Federal. A tabela 11 abaixo referencia os investimentos realizados por esta empresa desde o início do Programa.

Tabela 11 – investimentos Elektro LPT

Programa Luz para Todos na Elektro - Investimentos

Regional da Empresa	Situação	Programa Luz para Todos na Elektro - Investimentos (R\$ x 1000)					Total	Percentual Realizado/ Previsto
		2004/2005	2006	2007	2008	* 2009		
Andradina-SP	Previsto	3.675,50	4.184,00	1.112,90	4.923,30	5.347,00	19.242,70	100,27%
	Realizado	4.523,60	5.152,80	3.532,50	4.867,60	1.218,60	19.295,10	
Andradina-MS	Previsto	3.247,50	10.067,00	3.033,00	1.648,80	1.799,10	19.815,40	72,66%
	Realizado	3.827,30	7.022,60	1.064,20	1.978,60	506,00	14.398,70	
Atibaia	Previsto	3.590,90	4.921,10	10.153,00	7.423,40	8.367,50	34.455,90	89,45%
	Realizado	4.011,30	6.486,40	9.750,90	7.510,20	3.060,60	30.819,40	
Guarujá	Previsto	4.113,80	5.338,40	4.844,00	2.490,40	4.209,40	20.996,00	73,44%
	Realizado	1.758,90	4.117,50	5.796,70	2.694,40	1.051,50	15.419,00	
Itanhaém	Previsto	7.202,00	8.351,80	7.170,20	8.189,00	6.299,70	37.212,70	77,25%
	Realizado	4.251,60	8.278,30	7.195,80	6.834,90	2.187,10	28.747,70	
Limeira	Previsto	476,60	260,10	889,30	542,10	892,50	3.060,60	151,41%
	Realizado	1.153,50	1.385,40	1.079,70	818,70	196,80	4.634,10	
Rio Claro	Previsto	582,70	482,40	405,90	202,10	388,50	2.061,60	170,06%
	Realizado	1.127,60	1.341,20	520,00	347,20	170,00	3.506,00	
Tatuí	Previsto	7.965,20	10.747,30	19.567,60	19.870,70	15.889,70	74.040,50	93,34%
	Realizado	9.244,70	18.145,70	23.327,40	13.778,40	4.616,80	69.113,00	
Votuporanga	Previsto	2.932,30	3.652,90	1.477,80	1.077,40	1.779,30	10.919,70	108,76%
	Realizado	4.085,70	4.280,00	1.915,60	1.122,90	471,60	11.876,00	
Total	Previsto	33.786,50	48.025,00	48.653,70	46.367,20	44.972,70	221.805,10	89,18%
	Realizado	33.984,20	56.209,90	54.182,80	39.952,90	13.479,20	197.809,00	

* Posição até 30/04/09

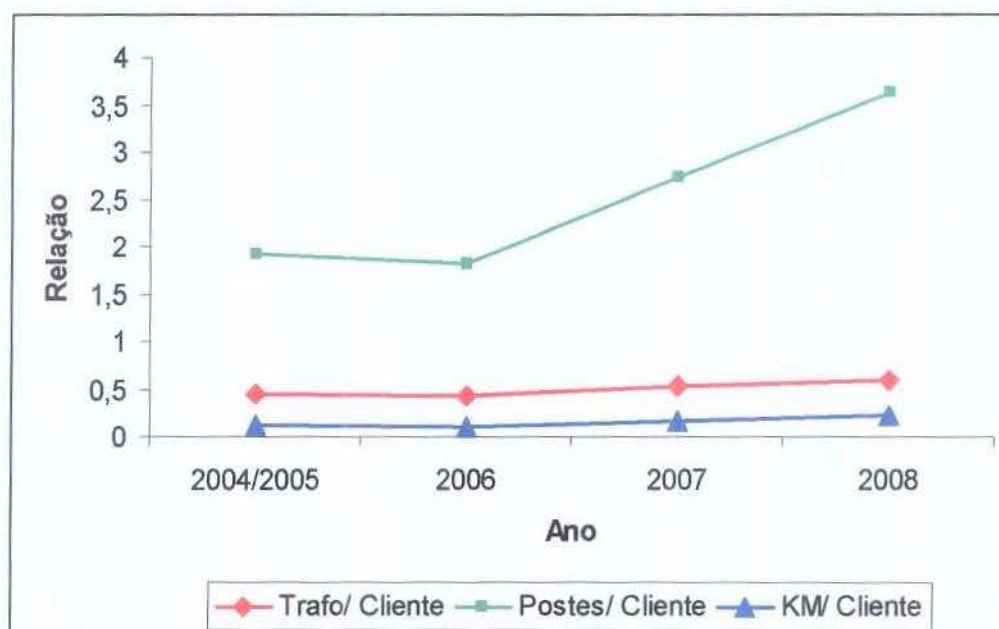
Fonte: Concessionária Elektro. Elaboração Própria.

Deste volume e do custo para atendimento das ligações, temos que pelos índices de acompanhamento do perfil das obras dos atendimentos do Programa Luz Para Todos nesta concessionária, o custo por cliente tem aumentado em decorrência da maior complexidade das obras à medida que as ligações avançam na área de concessão (ver gráfico 3).

Observamos que ao longo dos anos de atendimento do Programa, o consumo de postes para extensão da linha de transmissão se elevou de menos de 2 postes por cliente para mais de 3,5 postes em média, devido à necessidade de cada vez mais atingir áreas afastadas. Do total de materiais utilizados, foram instalados

até fevereiro de 2009, 81.561 postes e 17.629 transformadores (trafos), além do Kit Instalação Interna na Residência que totalizam 7.280 unidades (sendo, para cada unidade consumidora 3 pontos lâmpada e 2 tomadas).

Gráfico 3 – Evolução ligações e equipamentos utilizados no LPT



Fonte: Concessionária Elektro. Elaboração Própria.

Na impossibilidade do atendimento via rede elétrica, é realizada a ligação por sistema fotovoltaico. Tal sistema, composto por placas que captam a energia solar, representam 0,09% dos clientes atendidos na área de concessão da Elektro.

Para efeito de comparação, dados informados via email pela Centrais Elétricas do Pará (CELPA) mostram que até abril de 2009, o número de domicílios atendidos totalizam aproximadamente 220 mil. Mais uma vez, reforçando o argumento da expressiva necessidade de se universalizar o atendimento na região Norte em comparação à região Sudeste, tanto pelo nível de desenvolvimento econômico quanto pela disparidade das distâncias geográficas da população a ser atendida e os grandes centros.

Ainda por análises regionais, podemos fazer um contraponto acerca do volume de atendimentos versus o IDH por cidade. No caso do Estado do Pará, das cidades de Barcarena, Santarém, Moju, Novo Repartimento, Viseu que apresentam o maior volume de ligações, conforme Anexo 1 - Relação municípios atendidos no Programa LPT pela Centrais Elétricas do Pará (CELPA), 3 delas apresentam IDH municipal abaixo do IDH do Estado (0,723) de acordo com informações do site do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sendo elas: Viseu (0,605), Novo Repartimento (0,626) e Moju (0,643).

3.5. Inadimplência das comunidades atendidas.

Do nível de inadimplência destes novos consumidores atendidos, dados da Elektro e CELPA indicam duas análises: para grande parcela da população atingida, a simples ligação à energia elétrica não foi suficiente. Na área de concessão da CELPA, dados consolidados até abril de 2009 indicam que das 219.172 ligações realizadas, 88.569 estão inadimplentes, ou seja, cerca de 40% do total. No caso da Elektro, até abril de 2009, cerca de 15 mil unidades consumidoras estão inadimplentes, representando aproximadamente 35% do total de ligações. Na realidade, estes consumidores encontram-se em um nível de pobreza com condições insuficientes para o pagamento da conta de energia elétrica. Por outro lado, para aproximadamente 60 a 70% da população atingida em ambas as regiões, a ligação elétrica os trouxe benefícios pretendidos, visto que para essa parcela a quantidade de energia está sendo consumida e paga.

3.6. Casos de desenvolvimento local pós Luz para Todos.

O programa proporcionando o acesso à energia elétrica da população rural indica ainda o objetivo de integrar as diversas atividades sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que este esforço gere incremento da produção agrícola, aumento da renda e assim efetivamente a inclusão social da população beneficiada. Pelas consultas realizadas aos Comitês e por boletins informativos disponíveis no site do MME, temos exemplos de que o acesso à energia elétrica contribuiu para o desenvolvimento local.

De acordo com a Coordenadoria do Estado do Mato Grosso do Sul, após a ligação de uma comunidade indígena foi possível a realização do curso de Capacitação Indígena de Professores e Agentes de Saúde a fim de integrá-los a todos os aspectos referentes ao combate ao desperdício, uso racional, seguro e possibilidade produtiva ao utilizar a energia elétrica nos processos da comunidade.

No Boletim Informativo nº 11 de junho de 2008, disponível no site do MME, a Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai, do Rio Grande do Sul, realizou uma parceria para disponibilizar mais energia. Foi identificada uma comunidade rural formada por pequenos plantadores de cana de açúcar, que não dispunham de energia elétrica em casa. Após a construção da rede com recursos do Luz para Todos fizeram uma parceria com a Eletrosul, coordenadora do Programa na região Sul, e conseguiram, através do projeto e de Ações Integradas na região, uma micro-destilaria de álcool para funcionar como um Centro Comunitário de Produção para uso da comunidade. Deste modo, estabeleceu-se a cadeia energia x produção agrícola x geração de renda.

A energia gerada em uma de suas pequenas centrais hidroelétricas passou a ter mais consumidores e com a cana e a pequena indústria os agricultores passaram a produzir álcool combustível para consumo da comunidade, melão, cachaça e rapadura para comercialização coletiva. Deste modo, a energia limpa gerada na comunidade, somada à geração de renda e melhoria da qualidade de vida da comunidade foi reconhecida no Prêmio Ashden, oferecido pela ONG inglesa The Ashden Awards, que incentiva o uso de energias sustentáveis. De acordo com as informações do MME, foi a primeira vez que um projeto brasileiro fica entre os finalistas.

No Boletim Informativo nº 16, janeiro de 2009 – Luz para Todos do MME, é relatado outro caso em que as obras de eletrificação atenderam 565 famílias, cerca de 2800 pessoas do Assentamento Rural de Oziel, na divisa entre Goiás e Mato Grosso.

A chegada da energia, segundo o boletim, foi comemorada pela comunidade diante da possibilidade de ampliar a fonte de renda das famílias do assentamento pela criação de gado para produção de leite e derivados. Segundo um dos moradores do assentamento, com a eletrificação o trabalho vai ficar mais fácil e colocará fim à perda de leite por falta de tanques de resfriamento para armazenamento. Além disso, as plantações de mandioca, abóbora e melancia poderão ser irrigadas sem o uso do regador. Anteriormente, as culturas se restringem ao sustento das famílias e com o acesso à energia elétrica, existe grande potencial de aumento do cultivo para comercialização da produção excedente. Na ocasião também foi inaugurado um telecentro, montado por Furnas Centrais Elétricas, composto de dez computadores, uma impressora, mesas e cadeiras, instalados em uma sala na sede do assentamento, reformada pela própria

comunidade. Este centro permitirá à população o acesso às informações e comunicação.

Conclusões

Esta monografia apresentou o desenvolvimento e impactos do programa Luz para Todos, bem como as particularidades de cada região, fruto das diferentes necessidades e condições para avanço do programa.

Diante dos dados e resultados demonstrados, a temática da inclusão social pode sim ser abordada e alcançada pelo programa Luz para Todos, entretanto ressaltamos que a simples ligação desta população ao acesso à energia elétrica não é suficiente para considerá-la incluída socialmente.

O acesso à energia elétrica permite o incremento de atividades econômicas, rurais, a instalação de outros serviços como educação e saúde, além do acesso a meios de comunicação como no caso da criação do telecentro no assentamento rural de Oziel, conforme abordado no item 3.6 deste trabalho. Deste modo, consideramos que a ligação destas comunidades à energia elétrica é um trampolim essencial para o desenvolvimento sócio-econômico.

A conclusão de que a inclusão social não se faz meramente pela ligação destas comunidades é ainda evidenciada pelos dados dos inadimplentes referente ao pagamento da conta de luz. Nos dois casos analisados (São Paulo e Pará) temos que mais de um terço da população atendida estava inadimplente no instante da consulta dos dados. Este fato revela que para esta parcela da população, a condição social é tão precária ao ponto de que há outras necessidades que antecedem o pagamento da conta, deste modo, outros programas devem ser tomados em parceria para o desenvolvimento local. Um exemplo de cooperação de programas sociais é o programa de desenvolvimento rural Territórios da Cidadania. No Vale do

CEDOC - IE - UNICAMP

Ribeira, em São Paulo observamos os desdobramos deste processo de integração de políticas públicas com projetos de cinco ministérios.

A matriz de ações de desenvolvimento territorial sustentável é montada com base no que cada ministério havia planejado para o ano. No exemplo do Vale do Ribeira, com a implantação do Luz para Todos, produtos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram doados a instituições que cuidam de pessoas em situação de insegurança alimentar. Neste caso, também foram distribuídas 40 bibliotecas rurais do programa Arca das Letras, numa parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário, Luz para Todos e FURNAS.

Por outro lado, daqueles que foram atendidos pelo programa, aproximadamente 60% das unidades consumidoras ligadas apresentam consumo e o pagamento da conta de luz, deste modo a energia elétrica está sendo utilizada para beneficiamento próprio com acesso, portanto a esse serviço essencial, em base regular.

Evidenciamos neste trabalho, portanto, que o Programa Luz para Todos tem alcançado importantes resultados no que se refere ao desenvolvimento das localidades atendidas no propósito da inclusão social.

Anexo 1 – Relação municípios atendidos no Programa LPT pela Centrais Elétricas do Pará (CELPA)

DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO RURAL

Município	nº de domicílios Atendidos	cadastrados no sistema	Consumo Acumulado - kWh	Consumo no mês de Abril/09	Nº de Inadimplentes
ABAETETUBA	3.596	3.220	4.716.208	167.985	1.826
ABEL FIGUEIREDO	100	15	128.650	6.342	5
ACARÁ	4.275	3.044	5.387.069	172.828	2.077
AFUÁ	231	204	12.160	6.100	0
ÁGUA AZUL DO NORTE	1.371	1.162	1.045.271	81.612	493
ALENQUER	248	274	297.966	13.381	59
ALMEIRIM	59	52	131.992	5.311	13
ALTAMIRA	1.019	946	2.551.224	123.181	275
ANAJÁS	19	17	5.899	4.444	2
ANANINDEUA	120	90	97.153	7.926	37
ANAPU	823	782	863.997	48.282	370
AUGUSTO CORREA	3.967	3.108	2.889.238	122.418	1.916
AURORA DO PARÁ	1.977	1.822	2.003.665	84.025	993
AVEIRO	666	653	641.869	36.100	347
BAGRE	103	388	762.073	22.689	105
BAIÃO	3.161	2.999	3.882.142	138.806	2.551
BANNACH	306	304	149.792	18.536	91
BARCARENA	10.705	9.631	13.918.706	543.386	5.447
BELÉM	2.254	3.520	6.006.661	143.792	2.114
BELTERRA	762	632	1.280.215	39.196	202
BENEVIDES	2.168	2.745	6.151.449	156.584	1.456
BOM JESUS DO TOCANTINS	245	244	308.002	14.695	137
BONITO	1.182	990	1.143.894	45.466	360
BRAGANÇA	4.641	3.923	4.641.901	180.352	2.074
BRASIL NOVO	1.501	1.458	2.875.498	103.649	303
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	249	219	276.305	15.954	55
BREU BRANCO	2.329	1.924	3.476.709	109.487	1.511
BREVES	413	465	1.079.340	30.630	287
BUJARU	1.425	1.683	1.610.510	65.542	791
CACHOEIRA DO ARARI	841	819	508.614	55.710	370
CACHOEIRA DO PIRIA	1.303	1.185	1.136.502	53.875	645
CAMETA	2.650	2.826	4.111.658	145.954	1.967
CANAA DOS CARAJÁS	379	427	735.821	37.174	123
CAPANEMA	2.682	2.235	2.102.019	104.418	709
CAPITÃO POÇO	4.018	3.141	3.381.991	148.697	1.291
CASTANHAL	3.972	3.035	5.245.923	184.490	1.492
COLARES	731	692	784.099	31.050	204
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1.825	1.583	2.971.572	102.782	770
CONCÓRDIA DO PARÁ	2.024	2.579	3.226.966	139.281	1.308
CUMARU DO NORTE	10	8	75.875	5.714	176
CURIONÓPOLIS	395	308	299.197	16.887	176
CURUÁ	390	284	475.822	13.813	75
CURUÇÁ	3.218	3.050	3.295.246	138.416	1.717
DOM ELISEU	1.125	1.006	1.855.106	60.255	373
ELDORADO DOS CARAJÁS	1.584	1.361	1.446.387	73.633	723
FARO	204	40	26.746	2.107	4
FLORESTA DO ARAGUAIA	638	684	1.383.844	57.820	237
GARRAÇÃO DO NORTE	1.698	1.575	1.043.177	67.783	358
GOIANÉSIA DO PARÁ	3.547	1.373	1.287.583	64.240	921
GURUPÁ	98	97	59.664	3.628	11
IGARAPÉ-AÇU	1.836	1.532	1.643.498	75.640	369
IGARAPÉ-MIRI	1.168	744	903.760	37.591	434
INHANGAPI	710	800	1.166.586	44.274	457
IPIXUNA DO PARÁ	1.179	1.413	2.088.938	82.467	708
IRITUIA	3.028	2.444	2.451.427	93.768	758
ITAITUBA	1.699	1.281	2.173.958	106.924	656
ITUPIRANGA	3.962	1.410	2.576.463	95.970	801
JACAREACANGA	61	44	49.542	3.236	7

DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO RURAL

Município	nº de domicílios Atendidos	cadastrados no sistema	Consumo Acumulado - kWh	Consumo no mês de Abril/09	Nº de Inadimplentes
JACUNDA	837	1.122	1.114.300	72.430	674
JURUTI	892	871	425.809	49.128	308
LIMOEIRO DO AJURU	184	180	163.925	11.496	82
MÃE DO RIO	862	1.189	2.087.016	63.624	624
MAGALHÃES BARATA	690	517	455.670	22.164	92
MARABÁ	4.179	3.813	6.795.612	287.760	2.517
MARACANÁ	3.382	3.285	5.046.318	169.962	1.130
MARAPANIM	3.004	2.122	2.589.757	101.709	953
MARITUBA	487	346	572.217	21.763	205
MEDICILÂNDIA	2.048	1.829	1.555.806	88.714	332
MOCAJUBA	737	863	775.061	38.157	570
MOJU	5.509	3.475	4.467.448	164.527	1.909
MONTE ALEGRE	3.692	2.712	3.590.498	139.172	591
MUANÁ	4	5	10.237	341	1
NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	572	648	1.093.596	37.272	427
NOVA IPIXUNA	1.661	931	1.145.766	56.780	590
NOVA TIMBOTEUA	953	853	916.743	40.574	120
NOVO PROGRESSO	63	57	195.972	6.191	33
NOVO REPARTIMENTO	7.147	4.448	3.166.320	201.390	2.041
OBIDOS	1.821	1.345	1.127.077	65.623	489
OEIRAS DO PARÁ	1.408	129	84.189	6.021	108
ORIXIMINÁ	234	218	45.226	4.099	7
OURÉM	1.353	943	908.601	39.702	176
OURILÂNDIA DO NORTE	1.474	1.364	809.963	73.945	546
PACAJÁ	1.464	1.462	2.578.961	87.778	1.134
PALESTINA DO PARÁ	255	244	392.069	15.906	94
PARAGOMINAS	4.716	3.870	9.166.358	282.214	2.156
PARAUPEBAS	2.544	2.273	4.863.143	167.822	1.382
PAU D'ARCO	194	100	132.079	7.029	38
PEIXE BOI	460	314	318.016	13.822	174
PIÇARRA	1.182	1.023	1.661.249	65.717	408
PLACAS	889	949	1.258.736	56.154	310
PONTA DE PEDRAS	393	307	435.379	16.757	125
PORTEL	208	203	210.422	19.306	77
PORTO DE MOZ	11	133	87.552	6.853	116
PRAINHA	322	354	374.948	24.620	55
PRIMAVERA	1.039	687	545.786	23.759	156
QUATIPURU	878	807	859.564	38.045	153
REDENÇÃO	928	901	1.159.061	68.999	519
RIO MARIA	741	545	751.232	40.755	137
RONDON DO PARÁ	820	440	1.157.908	38.002	200
RURÓPOLIS	1.023	765	500.053	33.317	154
SALINÓPOLIS	1.281	1.835	3.006.670	97.640	931
SALVATERRA	1.279	1.148	1.311.575	56.431	577
SANTA BÁRBARA DO PARÁ	1.015	719	1.642.245	40.500	447
SANTA CRUZ DO ARARI	219	163	142.594	4.178	24
SANTA IZABEL DO PARÁ	2.367	2.241	4.359.628	136.223	1.144
SANTA LUZIA DO PARÁ	1.674	986	1.097.078	48.748	351
SANTA MARIA DAS BARREIRAS	1.685	1.415	1.474.809	53.259	253
SANTA MARIA DO PARÁ	1.341	1.216	1.452.838	58.305	416
SANTANA DO ARAGUAIA	954	910	3.477.868	91.559	451
SANTARÉM	6.305	5.521	6.724.247	340.948	1.290
SANTARÉM NOVO	676	491	221.660	16.559	133
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	2.918	2.317	2.582.955	122.374	967
SÃO CAETANO DE ODIVELAS	1.355	1.171	1.414.096	56.929	451
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	606	576	698.339	27.398	209
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	1.848	1.105	951.043	42.621	305
SÃO FÉLIX DO XINGU	3.002	2.769	10.125.647	250.830	1.972

DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO RURAL

Município	nº de domicílios Atendidos	cadastrados no sistema	Consumo Acumulado - kWh	Consumo no mês de Abril/09	Nº de Inadimplentes
SÃO FRANCISCO DO PARÁ	1.242	1.016	1.409.566	57.419	532
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	615	853	1.548.177	77.419	265
SÃO JOÃO DA PONTA	423	351	333.488	13.370	256
SÃO JOÃO DE PIRABAS	1.622	1.410	1.395.078	61.269	593
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	1.286	890	634.039	42.225	366
SÃO MIGUEL DO GUAMA	2.402	2.359	2.599.699	100.397	1.315
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	104	98	134.934	7.684	54
SAPUCAIA	67	81	351.971	13.961	10
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	34	32	112.005	13.619	10
SOURÉ	283	249	380.401	16.741	146
TAILÂNDIA	4.060	3.902	7.332.982	208.200	2.438
TERRA ALTA	1.119	809	859.260	40.247	373
TERRA SANTA	3	3	7.176	203	1
TOMÉ-AÇU	3.558	1.258	2.418.496	85.954	523
TRACUATEUA	2.724	1.777	2.307.445	84.480	1.075
TRAIRÃO	453	417	622.020	30.092	178
TUCUMÁ	1.566	1.346	1.711.417	142.377	204
TUCURUI	778	587	1.070.987	39.588	423
ULIANÓPOLIS	437	734	1.123.156	47.074	290
URURÁ	1.274	1.230	2.253.377	98.685	516
VIGIA	2.517	2.036	2.604.637	110.725	741
WISEU	4.001	3.970	3.660.137	174.617	1.612
VITÓRIA DO XINGU	413	660	831.440	49.100	297
XINGUARA	1.516	1.410	2.793.798	119.985	780
TOTAL	219.172	185.193	261.618.163	10.405.628	88.569

Referências Bibliográficas

Biblioteca do Exército Editora. **A Energia Elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à Eletrobrás**, Rio de Janeiro, 1977.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Cidadania: tipos e percursos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 18, 1995.

Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. **Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil**, Rio de Janeiro, 1988.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR. **Relatório de Administração**, ano 2005 e 2006.

Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. **Relatório de Administração**, ano 2007.

CRUZ, José Luiz Cardoso. **A Eletricidade no Brasil, do Império à República de Hoje**, Minas Gerais, 1994.

Elektro Eletricidade e Serviços S.A – Elektro. **Relatório de Administração**, ano 2006.

FILHO, José Bonifácio de Sousa Amaral. **A Reforma do Setor Elétrico Brasileiro e a Questão da Modicidade Tarifária**, Tese de Doutorado Instituto de Economia/ UNICAMP, Campinas, 2007.

LIMA, José Luiz. **Políticas de Governo e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica: do Código de Águas à Crise dos Anos 80 (1934-1984)**, Rio de Janeiro, 1995

Manual de Operacionalização do Programa LUZ PARA TODOS. Revisão 5, 2007.

Disponível em:

<http://200.198.213.102/luzparatodos/downloads/Manual_Op_PLPT_Revisao5.pdf>.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, 1967, Zahar.

MAURO, José Eduardo Marques. **Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo**, São Paulo, 1986.

Ministério de Minas e Energias. **Informativos da Comunicação do Programa Luz para Todos**. Número 11, Brasília, 2008. Disponível em:

< <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/informativos.asp>>

Ministério de Minas e Energias. **Informativos da Comunicação do Programa Luz para Todos**. Número 16, Brasília, 2009. Disponível em:

< <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/informativos.asp>>

Ministério de Minas e Energias. **Modelo Institucional do Setor Elétrico**, Brasília, 2003.

Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado: módulo 4 – Inclusão Social**, Brasília, 2004.

POCHMANN, M. **O Desafio da Inclusão Social no Brasil**. São Paulo, 2004.

Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento. **Síntese da Eletrificação Rural no Estado de São Paulo (1995-2006)**, São Paulo, 2006.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Inclusão e Cidadania, Estado e Mercado: artigos binômios em versão atual**. Disponível em:
< http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fseminario_cidadania.pdf>, 2005.